

Recebido em: 21 de fevereiro de 2018
Aprovado em: 28 de junho de 2018
Sistema de Avaliação: Double Blind Review
RPR | a. 16 | n. 1 | p. 303-308 | jul./dez. 2018

RESENHA

Associativismo negro no Rio Grande do Sul

Rosane Cardoso

Doutora em Letras pela Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Professora na Universidade de Santa Cruz do Sul (Santa Cruz do Sul /Brasil) e Universidade do Vale do Taquari (Lajeado/Brasil).
E-mail: rosanemc@unisc.br.

Discutir a discriminação étnico-racial no Brasil, no que diz respeito aos negros, exige considerar a trajetória desse grupo ao longo da história do país. Artigos da época pós-abolição propagavam o heroísmo da Princesa Isabel, bem como o mérito brasileiro por chegar ao fim da escravidão de maneira pacífica. Essa percepção construiu a base para um imaginário de democracia racial. Sendo assim, conquistada a liberdade, o negro estaria, a princípio, em pé de igualdade com os demais cidadãos brasileiros. No entanto, como é sabido, nada foi tão simples.

Após séculos de uma economia baseada no sistema escravocrata, a abolição provocou mudanças radicais na sociedade brasileira, tanto no âmbito econômico, quanto político e social. Último país a abolir a escravidão, o Brasil deparou-se com um novo contingente de mão-de-obra ao qual não estava acostumado a pagar. Acrescente-se a esse contexto a chegada de imigrantes europeus e o crescimento de maquinário moderno. Havia, pois, abundância de trabalhadores com níveis de especialização muito distintos em um espaço que se afastava cada vez mais da mão-de-obra braçal em direção a uma tecnologia mais avançada. Portanto, o final do século XIX apresentava um quadro social de párias, composto por brancos pobres, imigrantes chegados da Europa e ex-escravos sem qualquer especialização além do trabalho doméstico ou do campo.

A historiadora Magna Lima Magalhães, professora da FEEVALE, atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Processos e Manifestações Culturais. É líder do grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade, além de coordenadora do Centro de Documentação e Memória-Feevale. Sua vasta obra, bem como sua atuação no campo da pesquisa e do ensino se vinculam aos temas memória, história, identidade e associativismo negro.

O livro *Associativismo negro no Rio Grande do Sul* é resultado da pesquisa feita por Magna Magalhães ao longo do seu doutoramento e está baseado em entrevistas desenvolvidas entre 2002 e 2004. Dividido em três partes: “Democracia racial”, “A música do trabalho, a melodia da máquina, o hino do progresso” e “Associativismo negro no sul do Brasil”, a obra se detém na presença afro-brasileira no Vale dos Sinos, região colonizada, majoritariamente, por alemães.

Publicado em 2017, o livro de Magalhães se constitui como um paradoxo temporal. A autora busca, no pretérito, a história de um clube negro – Associação Esportiva, Cultural, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul – na cidade de Novo Hamburgo, fundado em 1922 e ativo até o final da década de 1960. Mas esse passado não é um “resgate” histórico. Não se trata, em absoluto, de uma história concluída e agora registrada ou de um ponto específico da trajetória de negros e negras de determinada região. A atualidade do livro se dá porque, além levantar e analisar os dados que cabem em uma pesquisa bem alicerçada, como é o caso, também problematiza questões extremamente necessárias à contemporaneidade, no que tange a discutir a visibilidade do negro no Brasil.

Valendo-se, além das entrevistas, de fotos, documentos, ofícios, jornais, processos criminais e de diversas outras fontes, Magalhães coloca em xeque a propalada democracia racial brasileira e sul-riograndense. Na mesma linha, a autora rompe, como assinalado no “Prefácio” de Petrônio Domingues, com o isolamento da história do negro vinculada, geralmente, ao período da escravidão. Desse modo, *Associativismo* é um livro do nosso tempo, composto por uma trajetória que continua não apenas na memória dos vários depoentes que se manifestam sobre a vida social e cultural de determinada época, como os coloca presentificados intensamente na identidade brasileira contemporânea.

O livro é, também, um ato de coragem, pois desloca conceitos largamente defendidos sobre a hegemonia germânica na região do Vale dos Sinos. Os negros, demonstra Magalhães, permaneceram escondidos nas “entrelinhas” das fontes, em discursos de igualdade, em um processo de segregação silenciosa e, sobretudo, insidiosa. Por exemplo, não era proibido ao negro, conforme constata a autora, frequentar o cinema. No entanto, era-lhe vedada a possibilidade de sentar-se ao lado de um branco. A ele, para assistir a um filme, era designado o “puleiro”. Nesse sentido, Magna Magalhães analisa a situação contraditória na comunidade teuto-brasileira que manifestava repúdio a atitudes discriminatórias e racistas, mas, ao mesmo tempo, criava mecanismos para impor limites, demarcando lugares sociais para cada grupo.

A análise aprofundada dos jornais da época enfatiza que o estigma vigente era mascarado por um discurso de aceitação. Ao mesmo tempo em que se falava em “aceitar” a pele negra, aludia-se a certa justificativa para o racismo, tendo em vista a dificuldade em amar-se uma pela negra por questões estéticas, conforme aponta o Jornal “O 5 de Abril”, de 28 de agosto de 1931 (p. 51).

Magalhães constrói a histórias dos negros no Vale dos Sinos, centrando na cidade de Novo Hamburgo, em paralelo à trajetória da comunidade teuto-brasileira. Assim, também com base em documentos e, sobretudo, notas de jornais, a autora destaca a imagem que paulatinamente foi construída para os alemães como trabalhadores incansáveis e ordeiros (p. 81). Segundo a pesquisadora, na medida em que crescia o imaginário social a respeito da capacidade de trabalho e de progresso da comunidade teuto-brasileira, invisibilizava-se a participação de luso-brasileiros, indígenas e negros.

A respeito da invisibilidade e do estigma relativo à comunidade negra, Magalhães analisa o papel que o espaço exerceu na ratificação desse processo. Baseando sua pesquisa principalmente em dois bairros negros de Novo Hamburgo, o Mistura e o África, áreas periféricas, “o indesejado da localidade teuto-brasileira de Novo Hamburgo” (p. 90), Magalhães examina em profundidade esses territórios negros por excelência – que também acolhiam brancos pobres – e a situação cada vez mais precária de tais espaços. Através de registros policiais, geralmente incompletos, Magalhães mergulha em uma série de

informações reticentes a respeito dos conflitos dos bairros. Nos registros, são detectadas expressões vagas sobre os envolvidos, como “um tal”, “negrinho”, “creoulo”, “ladrão”, o que, segundo a autora, significa que “a área periférica da localidade teuto-brasileira, aos olhos do órgão público, reunia os sem-identidade e os ladrões.” (p. 105).

A análise de periódicos, juntamente com relatos dos depoentes, assinala a solidificação dos limites entre os grupos étnicos. O fato de Novo Hamburgo, na época, ser considerada um “pedaço da Europa” certamente evidenciava as diferenças entre os grupos étnicos e trazia dificuldades para a convivência cotidiana. Na mesma linha, a insistência em falar alemão em vez de português ampliava a demarcação étnica, provocando constrangimentos para os não teuto-brasileiros, inclusive brancos (p. 98)

O estudo, ainda considerando o espaço, discute as interações que se desenvolviam entre a periferia e o centro, constituídas por relações de trabalho. Nesse sentido, as mulheres negras estabeleciam o principal vínculo com as famílias teuto-brasileiras, através do trabalho doméstico. Magna Magalhães, ao apresentar esse vínculo, destaca a situação das trabalhadoras, que começavam a exercer o papel de domésticas na adolescência, aos quatorze, quinze anos, sendo essa a principal atividade profissional da mulher negra.

A gradual, mas eficaz segregação territorial entre negros e teuto-brasileiros em Novo Hamburgo logrou êxito não apenas no sentido de traçar limites topográficos precisos entre os referidos grupos, mas também, como comprova a historiadora, no sentido de os negros assumirem-se como pertencentes apenas a determinado espaço da cidade, a periferia. Também se pode inferir, a partir dos dados levantados e discutidos, como vai se constituindo a autoimagem negra, tendo em vista que, provavelmente com o intuito de romper com o passado escravista e com o estigma da cor, muitos preferiam ser chamados de “morenos” (p. 105).

Magalhães mergulha na discussão sobre os espaços como esferas de significado social, um “pedaço da Europa” contraposto aos “territórios negros”, em que o primeiro é visto como mote ao labor e à ordem e o outro como espaços malditos que disputavam entre si os níveis de pobreza. A noção de lugar assume grande importância na obra, pois, ao mesmo tempo em que conceituam a marginalização, também são a fonte para a congregação negra na forma de associativismo, caminho, segundo Magalhães, para opor-se à exclusão social (p. 123).

O associativismo negro, atesta a historiadora, remete ao período escravagista e, ao longo do século XX, se firmou em diversos locais, como Rio de Janeiro, São Paulo Bahia. A formação de grêmios recreativos e culturais oferecia variadas formas de lazer e também um local de sociabilização e de debate sobre identidade cultural e situações de racismo.

Segundo os documentos levantados por Magna Magalhães, havia, desde o século XIX, um significativo movimento associativista por parte dos teuto-brasileiros. Mas, evidentemente, não era permitido aos negros desfrutarem das atividades proporcionadas por essas entidades. Em vista disso, buscaram formas de criar um espaço “em que os interesses comuns, sedimentados na identidade étnica, nos laços de parentesco, no fomento da coesão e da solidariedade, opunham-se às adversidades sociais existentes.” (p. 122).

Com o objetivo de discutir o associativismo negro na cidade de Novo Hamburgo, Magalhães concentra suas reflexões na Associação Esportiva, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul. Fundada sob o nome de Sport Club Cruzeiro do Sul, em 18 de abril de 1922, no África, o primeiro objetivo era criar um espaço para jogar futebol, já que não era permitido que negros participassem das partidas dos brancos. Aos poucos, o clube foi-se firmando como uma agremiação aberta a várias atividades de lazer, como bailes e, claro, o futebol, e também como “espaços promotores sobre ações afirmativas.” (p. 139). A pesquisa destaca um fator determinante para a efetivação do clube como local de integração e de reivindicação: os jogos de futebol e os bailes constituíam-se como momentos de intercambio social entre os residentes de Novo Hamburgo e os de outras comunidades que compareciam às atividades.

O Cruzeiro do Sul era também o espaço para efetivar comemorações importantes para a cultura afro-brasileira, como o “13 de Maio”, o carnaval, festa de santos. Elencando, detidamente, o nome dos presidentes do Clube, seus associados e principais eventos, *Associativismo negro no Rio Grande do Sul* mostra como o grupo se organizava para angariar fundos para as atividades, as tentativas de ampliar a sociabilidade dos integrantes do Clube, tendo em vista que, para algumas atividades, como piqueniques e jantares, entre outros, eram publicados convites em jornais para a “comunidade em geral” (p. 188). Porém, ainda que houvesse esse desejo de aproximação com toda a comunidade regional, Magalhães comprova que tal sociabilidade estava sob severa vigilância. Assim, como detecta a historiadora, o Clube tem sua importância ressaltada, na medida em que suas ações e estratégias para constituir-se e manter-se estão fortemente vinculados à “construção da identidade de seus integrantes” (p. 197).

Associativismo negro no Rio Grande do Sul é uma leitura imprescindível para problematizar a propalada democracia racial no Brasil e, especificamente, no Vale do Sinos, o “pedaço da Europa”. O diálogo com as memórias dos integrantes do Clube, o cotejo de documentos, fotos e notícias remetem não apenas ao passado de uma agremiação construída para o lazer e para a comunhão de determinado grupo social. Ao apresentar a história regional, Magalhães desvela uma história de discriminação, de invisibilidade e de insistência em manter determinado grupo à margem da sociedade. A criação do Clube Cruzeiro do Sul e, sobretudo, a sua permanência a despeito das adversidades, marca um projeto de solidariedade e de resistência.

Concluindo, o livro de Magna Lima Magalhães possui mais um atributo a ser destacado: a linguagem com que o estudo é apresentado. A autora não hesita em colocar-se em um lugar de fala que lhe permite expor suas sensações e sentimentos. *Associativismo negro*, ainda, é um livro corajoso, pois desnuda uma realidade muito próxima à autora e a coloca não apenas como historiadora, mas também como ouvinte que respeita profundamente o que lhe é entregue: a história de muitas vidas que, a despeito do apagamento a que foram subjugados – e justamente por ele – decidem pela solidariedade como forma de resistência.